



Empobrecendo o seu vizinho: Financiamento Público Sul-Africano do Projecto de Gás Fóssil de Moçambique

África Austral - Na segunda-feira, 12 de Fevereiro, os membros da Fair Finance Coalition Southern Africa (FFCSA) lançaram um estudo de caso intitulado “Financiamento Público Sul-africano do Projecto de Gás Natural Líquido de Moçambique”, que lança luz sobre o financiamento público por trás do Projecto da TotalEnergies de Gás Natural Liquefeito (GNL) de Moçambique. Realizado entre Maio e Setembro de 2023, o estudo de caso investiga as complexidades e consequências do projecto de gás GNL no norte de Moçambique, enfatizando os seus impactos ambientais, sociais e económicos. Os resultados do estudo de caso podem ser acessados aqui.

O estudo de caso examina o Projecto TotalEnergies Mozambique LNG, interrompido no início de 2021 devido à violência regional, mas com previsão de reinício de 20 mil milhões de dólares após garantias do Presidente de Moçambique, Filipe Nyusi, em Abril de 2023. Apesar da suspensão, este empreendimento já desencadeou uma série de consequências socioeconómicas e ambientais negativas em áreas próximas dos campos de gás do norte. Espera-se que estes impactos sejam exacerbados pelas emissões de gases com efeito de estufa libertadas pelas actividades do Projecto. De grande preocupação para a FFCSA são as várias instituições financeiras públicas sul-africanas, incluindo a Corporação de Desenvolvimento Industrial (IDC), o Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA) e a Corporação de Seguro de Crédito à Exportação da África do Sul (ECIC), que contribuíram coletivamente com mais de US\$ 1,2 bilhão para o Projeto. Mandatadas para investir no desenvolvimento sustentável na África Austral, estas instituições enfrentam escrutínio pelo seu envolvimento financeiro em projectos social e ambientalmente prejudiciais, como o Projecto Mozambique LNG.

Glen Tyler-Davies da 350Africa.org, também membro da Coligação, disse: “O estudo de caso é um apelo convincente para uma ação transformadora. As instituições financeiras públicas sul-africanas precisam de reconhecer o seu importante papel na luta pela justiça climática e económica. As instituições que têm o desenvolvimento no seu mandato devem reconhecer que ignorar ou encobrir as preocupações ambientais e climáticas prejudica qualquer progresso potencial. Além de uma maior transparência e inclusão no seu financiamento, precisam de uma mudança radical para o financiamento de energias renováveis.”

A transparência e o acesso à informação são da maior importância para as organizações da sociedade civil, como a FFCSA, quando se envolvem com instituições financeiras públicas. Foram solicitadas entrevistas com cada instituição financeira pública durante a realização da pesquisa; apenas o DBSA respondeu a este pedido. O estudo de caso finalizado foi também

enviado a todas as entidades citadas, incluindo a TotalEnergies, com um convite para responder às preocupações levantadas sobre o seu envolvimento no Projecto. Na sua resposta, a TotalEnergies refuta as conclusões e recomendações do estudo de caso, referindo-se ao papel do chamado “gás natural” na transição energética e no desenvolvimento social e económico de Moçambique. No entanto, as conclusões do estudo de caso pintam um quadro diferente, dando conta das realidades devastadoras das comunidades deslocadas, dos processos de consulta inadequados, da intimidação dos meios de comunicação social e da comunidade e da violência ligada ao Projecto. Na sua resposta, a IDC afirma igualmente o GNL como um “combustível de transição”. Pelo contrário, instituições como o Programa das Nações Unidas para o Ambiente e o Banco Mundial determinaram que a quantidade de metano no GNL pode ser 80 vezes mais prejudicial do que o CO2 a curto prazo e 30 vezes pior a longo prazo. Toda a correspondência entre a FFCSA e as entidades implicadas foi disponibilizada publicamente no site da FFCSA juntamente com o estudo de caso. Apesar dos atrasos e das críticas, a TotalEnergies ainda planeia entregar até 43 milhões de toneladas de GNL de Moçambique por ano, destinadas a satisfazer a procura de energia na Europa, China, Japão e Índia. O Projecto acabará por ignorar a escassez crónica de energia em Moçambique e a susceptibilidade do país às alterações climáticas, criando mais danos do que benefícios para o povo de Moçambique.

Daniel Ribeiro da Justiça Ambiental, membro da Fair Finance Coalition, disse: Quando olhamos para os detalhes, fica claro que os investimentos no gás não estão centrados nas necessidades locais, mas sim na venda do gás de Moçambique aos mercados internacionais, com poucos benefícios para Moçambique. Na verdade, o que a recente onda de novos relatórios e pesquisas mostrou é que empresas e governos como França, Itália e Coreia do Sul, planeiam fazer milhares de milhões, enquanto Moçambique ficará com conflitos, dívidas, impactos climáticos, ganhos económicos mínimos e entre as maiores perdas financeiras potenciais devido à resolução de litígios investidor-estado (ISDS) de qualquer país do mundo.

O estudo de caso apela à reavaliação das decisões de investimento, à cessação de novos investimentos na exploração de combustíveis fósseis, ao redireccionamento de fundos para apoiar as energias renováveis, à exploração de modelos de propriedade comunitária e a um apelo à justiça climática.

Para mais informações e para acessar o estudo de caso completo, visite o site aqui.

Para entrevistas e informações adicionais, entre em contato:

Boitumelo Masipa.350Africa.org

350Africa.org

+27814529096

Daniel Ribeiro

Justica Ambiental

+258843106010

NOTA AOS EDITORES:

A Coligação de Financiamento Justo da África Austral é uma coligação da sociedade civil que trabalha para garantir que as Instituições Financeiras Públicas invistam de uma forma social e ambientalmente responsável na África Austral. A Coligação centra-se em questões de alterações climáticas e transparência. A Coligação é constituída pelas seguintes organizações: 350Africa.org, o Centro para os Direitos Ambientais, o Projecto Africano de Realidade Climática, o Centro de Estudos Jurídicos Aplicados, a Earthlife Africa e a Justiça Ambiental.